

SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS COTIDIANOS PARA A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

SOCIAL WORK AND THE CHALLENGES OF DAILY LIFE TO THE REALIZATION OF THE ETHICAL-POLITIC PROJECT

Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni*

RESUMO: o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios cotidianos do assistente social no exercício do projeto ético político do Serviço Social. Para tanto, o trabalho traz em um primeiro momento o processo de construção do Serviço Social, o amadurecimento da profissão e a opção por uma postura ética e em um segundo momento sobre os avanços legais que regulamenta as políticas sociais na área da Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), espaço da prática do Assistente Social. Apesar dos ganhos com a legislação vigente, a seguridade social, conforme Boschetti (2009) defende, conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e de direitos seletivos (assistência social) e prevalece uma política de redução dos investimentos do Estado nas políticas sociais. Diante desse quadro a atuação do Assistente Social, como trabalhador assalariado, frente aos impactos do complexo sistema neoliberal vigente na contemporaneidade, se vê cotidianamente frente a desafios na sua prática profissional que exige uma postura política, investigativa e centrada na defesa dos direitos, com um posicionamento coerente frente aos acontecimentos. Baseados no seu posicionamento ético-político, a partir de uma visão crítica e fundamentada nos princípios da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, observa-se que além de todo o esforço organizativo da categoria através do conjunto CFESS/CRESS, profissionais e do compromisso cotidiano de cada assistente social, é necessário lutar por um Estado social fundado na justiça social e no direito.

Palavras-chave: projeto ético-político, seguridade social, prática profissional.

ABSTRACT: *The present work aims to reflect on the social workers daily challenges in the exercise of the Social Work ethical-politic project. For this purpose, the work brings in a first moment the process of construction of the Social Work, the maturation of the profession and the option for an ethical and, secondly about legal advances that regulates social policies in the area of Social Security (Health, Social Security and Social Assistance), the space for social worker practice. Despite the gains with current legislation, the social security, according to Boschetti (2009) support, combines derivative and labor-dependent (welfare) with universal rights (health) and selective rights (social assistance) and prevail a policy of investment reduction of State in the social policies. Given the situation,*

* Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1992) - Unesp. Mestrado em Ciências Médicas pela FMRP e doutorado em Serviço Social pela Unesp Franca. Docente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho e membro dos grupos de Pesquisa GEFORMSS - Grupo de Pesquisa em Formação Profissional do Serviço Social e QUA VISS (Saúde, Qualidade de Vida e Relações de Trabalho).

the social worker performance as a employed person, against the impacts of complex neoliberal system presente in contemporaneity, face daily challenges in its professional practice, which requires a political posture, investigative and focused on human rights, with a coherent positioning front of events. Based on your ethical-political positioning, from a critical view and based on the principles of democracy, equity, freedom, defense of work, social and human rights, we noticed that beyond all the organisational effort of category via CFESS/CRESS, professionals and the daily commitment of each social worker, it is necessary to fight for a social State founded on social justice and the law.

Keywords: *ethical-politic project, social security, professional practice*

INTRODUÇÃO

No Brasil, o Serviço Social surge no processo de industrialização e urbanização do país e vem construindo sua trajetória histórica de lutas desde a década de 1930.

A profissão foi regulamentada em 1957 e manteve um viés conservador até a década de 1970. Segundo Elias e Oliveira (2008) o Serviço Social desenvolveu-se como profissão de cunho educativo a partir dos interesses da classe dominante e estava condicionada pela moral cristã que sustentava a prática do Serviço Social e encontrava no comportamento disfuncional dos indivíduos o cerne dos problemas da sociedade.

Nesta perspectiva, o caráter de cunho educativo tinha um papel fundamental junto às famílias atendidas pelo Serviço Social cujo objetivo era a melhoria do nível de higiene e saúde das famílias bem como a educação cívica e moral destas.

Para Netto (1992 apud Elias; Oliveira, 2008) educar a classe operária constituía-se em fornecer-lhe regras de bom senso e razões práticas de moralidade, corrigir seus preconceitos, discipliná-los nos seus trajés, nos lares, nos orçamentos domésticos, na maneira de pensar, o que acabava, de certa forma, desqualificando sua maneira de viver.

Faleiros (1987, p.51) coloca que a partir da década de 1960 acontece

[...] um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras

imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

Uma profissão cuja visão se tornou macroscópica considerando as dimensões econômicas, sociais, culturais e políticas o que permite entender e estudar as mudanças que se produziram na realidade social, econômica e política no Brasil.

Ao mesmo tempo acontece a consolidação e ampliação do mercado de trabalho para os assistentes sociais, bem como a intensificação do assalariamento da profissão na década de 1970 – se caracterizando como classe trabalhadora.

A partir da década de 1990, o Brasil foi profundamente atingido pelas transformações originadas pela globalização dos mercados, o avanço do neoliberalismo e os arranjos políticos internacionais que tiveram consequências nefastas sobre a totalidade da população.

Estas questões ocasionaram, de um lado, a maior concentração da riqueza nas mãos de poucos e, de outro, o empobrecimento ainda maior da população, afetando o mundo do trabalho através de altos índices de desemprego e novas formas e modelos de organização e estruturação, o que causou a flexibilidade e a precariedade no mundo do trabalho.

No processo de construção do Serviço Social enquanto profissão, aconteceu transformações significativas: o amadurecimento da profissão com a leitura da realidade através da perspectiva marxiana e do seu projeto profissional vinculado a um projeto societário justo e igualitário que tem como valor ético central a liberdade.

Em 1993 são aprovados a lei 8662/1993 - Lei de Regulamentação da Profissão e a revisão do Código de Ética Profissional que propôs alterações que expressam o amadurecimento teórico e filosófico da categoria e as implicações ético-políticas de sua intervenção. Uma profissão que tem um posicionamento a favor da classe trabalhadora e do reconhecimento dos direitos e das necessidades dos usuários aos serviços sociais.

Uma ação profissional com postura política, investigativa e centrada na defesa dos direitos, com um posicionamento coerente frente aos acontecimentos na contemporaneidade que levam a desafios inúmeros.

Desafios que se materializam, no sistema capitalista e na crescente e sistemática redução das responsabilidades do Estado sobre a seguridade social e os direitos sociais da população. Estas transformações implicaram nas novas e crescentes demandas para o Serviço Social, e conseqüentemente na necessidade de redimensionar a formação profissional a partir de procedimentos investigativos e de um firme compromisso com o projeto ético político da profissão.

Por outro lado, a formação profissional também apresentam desafios inúmeros, tendo em vista a ampliação das unidades de formação profissional desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 que entre outras questões permitiu a ampliação dos cursos sequenciais, educação a distância e um amplo processo de mercantilização da educação.

1 OS AVANÇOS E DESAFIOS NA PROFISSÃO

Desde a década de 1990, houve avanços significativos para a profissão no que diz respeito à regulamentação da profissão de Serviço Social com a construção de um processo de trabalho baseado na Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93 que aponta a ética como o pressuposto teórico-político para o enfrentamento das condições (im) postas à profissão.

De outro lado, na mesma década também ocorrem avanços na legislação que regulamentam as políticas sociais, em especial na área da Seguridade Social – apoiada no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social e espaço para a prática do Assistente Social.

Com a Constituição de 1988 consolidou-se muitas conquistas nessa área, entre elas, a ampliação dos direitos sociais, com cobertura universal na saúde e o direito à assistência social para aqueles que dela necessitarem.

Entretanto, conforme observa Behring (2013, p. 14) está ocorrendo um desmonte da seguridade social no que se refere ao seu financiamento. O orçamento da seguridade social tem sido largamente utilizado pela política de ajuste fiscal – na formação de superávit primário, pagamento de encargos, juros e amortização da dívida pública.

Prevalecem ações focalizadas na extrema pobreza e conforme destaca Behring (2013) numa perspectiva de gestão da pobreza e não de seu combate ou erradicação.

Mais recentemente foram feitas mudanças substanciais no sistema previdenciário brasileiro dificultando o acesso a benefícios duramente conquistados pela classe trabalhadora. As medidas provisórias 664 e 665, ambas de 2014, são exemplos desta questão ao tornar mais rígido o acesso às pensões, ao seguro desemprego, ao auxílio doença.

Essas medidas subtraem direitos históricos de conquistas dos trabalhadores e propiciam o gradativo encaminhamento para a reforma da previdência – o que para muitos criam condições necessárias para a privatização da previdência e não uma reforma que beneficie os milhões de brasileiros que se encontram na informalidade ou no desemprego.

Apesar das conquistas sociais e políticas do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social, a insuficiência de recursos no seu financiamento acarreta seus maiores problemas.

Conforme destaca Behring (2013, p.12), a saúde tem sido atingida pelo orçamento estagnado ou em linha decrescente vivendo um processo de privatização da saúde através das organizações sociais.

Diante desse quadro, a atuação do Assistente Social, como trabalhador assalariado, frente aos impactos do complexo sistema que se vive na contemporaneidade, vê-se cotidianamente enfrentando desafios nos seus espaços profissionais, a partir de suas demandas, que conforme novas competências a este profissional”.

Verifica-se uma ampla relação dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos rateios de acessá-los. Enfim, tem-se um

redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições de assalariamento (IAMAMOTO, 2001, p.40)

Baseados no seu posicionamento ético-político frente à sociedade, a partir de uma visão crítica e fundamentada nos princípios da democracia, da equidade, da liberdade, da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, o assistente social tem como desafio tornar o Projeto Ético Político um guia para o exercício profissional e articular as dimensões ético, políticas e legais para sua materialização.

Assim, baseados nos princípios da liberdade, democracia, justiça social, compromisso com a classe trabalhadora, a ação do Assistente Social consiste na busca por assegurar direitos e mais uma vez enfrenta desafios tendo em vista que neste quadro neoliberal de redução de despesas/financiamento inclui-se os números de atendimentos através de demandas de recursos materiais e humanos.

O assistente social vê-se tolhido em suas ações que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas e serviços sociais públicos. (IAMAMOTO, 2001, p.52)

Nesta complexidade, o assistente social tem que ter o firme propósito de colocar em evidência o compromisso com o projeto ético-político da profissão como um norte para a ação profissional, articulado a um projeto societário justo e democrático, tendo a clareza de que o cotidiano exige dos profissionais compromisso com toda a potencialidade e peculiaridade de sua formação, saber e experiência crítica. Práticas que são determinadas através da luta com as mais diversas manifestações da questão social e claro compromisso com valores como a liberdade e justiça social.

O Assistente Social precisa decifrar a realidade vivida através da perspectiva da totalidade e a partir das demandas do cotidiano construir propostas de trabalho capazes de preservar e efetivar os direitos sociais adquiridos em conjunto com outros trabalhadores que conjugam dos mesmos os desafios postos a esta categoria.

Neste sentido, evidencia-se a dimensão educativa do trabalho do assistente social que propicia a troca de conhecimento no se que refere a dificuldades, potencialidades, no sentido de fortalecimento das classes trabalhadoras para uma concepção de uma nova sociabilidade e a emancipação social.

O Assistente Social é um profissional que tem que estar sempre atento, com uma postura investigativa, comprometida, crítica, de modo a contribuir com os usuários, trabalhando as relações sociais e buscando recursos para garantir e efetivar os direitos previstos constitucionalmente, de modo a democratizar as informações, contribuindo para a viabilização da participação da população nas decisões.

Este profissional pode orientar os usuários, identificando as possibilidades, as defesas dos seus direitos constitucionais e para tanto precisa estar atento à Legislação vigente, tanto a que norteia e regulamenta a profissão como a Lei 8.662/93 que aponta a ética como o pressuposto teórico-político para o enfrentamento das condições (im) postas à profissão, como as leis e políticas que definem os direitos dos usuários: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica de Saúde (LOS) – Lei Federal nº 8080/1990 e Lei Federal de 8.142/1990, Lei Orgânica da Assistência social (LOAS) – Lei nº 8742 /1993, Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8069/1990, Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003 e outras.

Assim, o Assistente Social atua enfrentando as diferentes expressões da questão social e para tanto, precisa lançar mão rotineiramente de uma prática mobilizadora, analisando, compreendendo, explicando e criticando a si mesmo e a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas observações anteriormente discutidas, apesar do maior empregador para o Serviço Social ser o Estado (nas políticas do SUAS, seguidas do SUS e da educação), também existe uma tendência de abertura para novos postos de trabalho em outras esferas, como nas organizações não governamentais,

ampliação das consultorias, dos serviços privados de saúde – como hospitais e outros.

Em qualquer segmento da ação prática do Serviço Social, é necessária uma firme postura ética e compromisso com o projeto ético-político da categoria profissional. Isso implica, desenvolver o trabalho profissional de modo a reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais reforçando os princípios e práticas democráticas. Um profissional informado, crítico, propositivo e que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Atento às problemáticas que se apresentam, a fim de que possa também participar como agente de transformação, proporcionando mudanças e buscando, através de uma prática ético-política o enfrentamento dos desafios postos à profissão.

Como destaca Teixeira e Braz (2009, p.197) diante do quadro atual da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e resistência dos movimentos organizativos do trabalho, o projeto ético político encontra-se em um momento crucial da sua trajetória e a reafirmação depende “das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais” - no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a expansão dos cursos de Serviço Social (presencial e à distância) e “das ações profissionais a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

_____. **Lei 8.662/93** – Lei de Regulamentação da profissão de Serviço Social. 10 ed. rev. e atual. Brasília; Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Lei n. 8080**, 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *LEX. – Legislação Federal e Marginalia*. São Paulo, v. 54, p. 1060-1073, jul./set. 1990.

_____. **Lei n. 8142**, 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS – e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e da outra providência. *LEX – Legislação Federal e Marginalia*. São Paulo, v. 54, p. 1463-1465, out. /dez. 1990.

BEHRING, E.R.; SANTOS, S.M.M. Questão social e direitos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009.

BOSCHETTI, I. A política da seguridade social no Brasil. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: Dimensões Históricas, Teóricas e Ético-Políticas. *Debate CRESS*, Fortaleza, n. 6, 2001.

FALEIROS, V.P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997

TEIXEIRA, J.B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009